**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DOS CORRETORES DE IMÓVEIS/21ª REGIÃO – PARAÍBA**

**Nome completo, estado civil, profissão, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º..., inscrito no CPF/MF n.º..., residente na Rua ..., bairro ..., cidade …, CEP …, telefone fixo e celular n.º(s) …, e-mail** (o seu e-mail deverá ser consultado sempre uma vez que o andamento do processo, intimações e notificações ocorrerá através deste), vem apresentar

**DENÚNCIA**

Em face da **PESSOA JURÍDICA e SEU CORRETOR RESPONSÁVEL** ou **CORRETOR DE IMÓVEIS (profissional liberal), inscritos(a) no CRECI/PB sob número(s) …**, com escritório ou residência estabelecido na Rua …, CEP …, telefones …, pelos seguintes fatos e fundamentos a seguir expostos.

**1. DOS FATOS**

* **Expor os fatos detalhadamente.**
* **Anexar documentos que comprovem o que está sendo dito.**

**2. DO PEDIDO**

**Diante dos fatos apresentados, peço providências com o procedimento formal com abertura de processo disciplinar para apuração e aplicação das penalidades cabíveis.**

Cidade e data.

Nome e assinatura.

**IMPORTANTE!**

1. **A denúncia deverá ser feita em 2 (duas) vias para protocolo.**
2. **A denúncia deverá ser em formulário escrito e conter a qualificação, endereço com CEP, telefones para contato, e-mail e assinatura do denunciante ou representante legal, além de narrar os fatos e circunstâncias tidos como caracterizadores da infração.**
3. **A denúncia deverá se fazer acompanhar de documentos e provas que comprovam a infração, ou pelo menos, que indiquem diligências e/ou testemunhas para perfeita caracterização da infração.**
4. **A denúncia SÓ SERÁ RECEBIDA no protocolo do CRECI, quando contiver correta qualificação e ASSINATURA DO DENUNCIANTE (ou representante legal).**

**Resolução-COFECI n. 146/82 Capitulo III**

**INSTRUÇÕES**

**LEI N.º 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999.**

**Art.** 5º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

**Art.** 6º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;

II - identificação do interessado ou de quem o represente;

III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;

IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;

V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.